

Para setor do varejo, 30% dos saques do PIS serão destinados ao consumo

Por Hugo Passarelli | De São Paulo

A liberação de R\$ 34,3 bilhões em recursos do PIS/Pasep deve se reverter em R\$ 10,3 bilhões para consumo no varejo, segundo cálculos do economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, feitos a pedido do Valor.

O volume é proporcionalmente maior (30% contra 25%) do que chegou ao comércio após os saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no primeiro semestre do ano passado. A CNC diz que R\$ 11 bilhões, de R\$ 44 bilhões do FGTS, foram destinados ao consumo. Segundo Bentes, as vendas de veículos e de materiais de construção devem ter impulso. "Essa diferença se dá basicamente por conta do comprometimento de renda menor neste início de ano", diz Bentes.

Segundo o Banco Central, o comprometimento de renda das famílias, excluindo-se os financiamentos imobiliários, ficou em 17,8% em março deste ano, último dado disponível, contra 19% um ano antes. "Tudo indica que o indicador vai chegar a 17% no início do segundo semestre", diz.

Ainda de acordo com Bentes, a

expectativa é que o dinheiro extra resulte em aumento de 1,8% nas vendas do varejo ampliado no bimestre agosto-setembro, com ajuste sazonal, ante os dois meses imediatamente anteriores. O economista destaca que as compras para o Dia dos Pais, data importante para o comércio, tendem a ser beneficiadas.

A CNC havia reduzido a expectativa para alta das vendas do varejo ampliado em 2018 de 5% para 4,7% depois da paralisação dos caminhoneiros. Mas o número voltou a 5%, incorporando avaliação menos pessimista sobre os efeitos da greve na economia.

Para Bentes, o efeito do PIS/Pasep é benéfico, mas é o cenário conjuntural mais favorável que vai determinar um resultado melhor do varejo. "Por um lado, a economia não está produzindo os resultados esperados. Mas a inflação e os juros continuam baixos, e o mercado de trabalho, embora um pouco decepcionante, está melhor do que no ano passado. O quadro de 2018 é mais favorável às condições de consumo do que em 2017", diz.

O economista da LCA Consultores, Paulo Robilloti, estava com viés de baixa para a projeção do varejo restrito em 2018, mas resolveu manter a expectativa, de alta de 3%. "Avalio que há potencial para

o efeito ser maior que o do FGTS. Porém, como o valor médio do PIS é menor do que do FGTS, é bem provável que os setores mais beneficiados sejam supermercados e vestuário", diz.

De acordo com balanço do Ministério do Planejamento, o valor médio das cotas do público que ainda não sacou os recursos é de R\$ 1.370. Em três dias, de segunda a quarta-feira, o volume resgatado foi de R\$ 539 milhões.

A consultoria Tendências estima incremento de até 0,3 ponto percentual no Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, cálculo que inclui não só os R\$ 34,3 bilhões, mas os R\$ 5 bilhões já sacados desde o ano passado, quando o saque ainda não tinha sido estendido para os correntistas com menos de 60 anos. O número é mais tímido do que a projeção do governo, de impacto de 0,55 ponto percentual no PIB.

"A medida pode contribuir para alívio financeiro adicional às famílias e, em maior medida, em aumento pontual do consumo", destaca nota assinada por Alessandra Ribeiro e Thiago Xavier, economistas da Tendências. Apesar do efeito positivo da medida, a consultoria mantém a projeção de crescimento no ano em 1,7%.

Sob pesadelo fiscal, governo e Congresso distribuem receitas

A greve dos caminhoneiros causou prejuízos generalizados à economia e um recuo desorganizado e danoso do governo federal. A conta está chegando aos poucos, aumentando, e está desigualmente distribuída. Os grandes beneficiários da paralisação foram as empresas de transportes de cargas, a julgar pelo pacote que a Câmara dos Deputados aprovou ontem às pressas e que segue agora para o Senado. O projeto relatado por Nelson Marquezelli, dono de empresa do setor (hoje em nome dos filhos) consagra mais uma vez a criação de vantagens privadas à custa do Tesouro e do contribuinte.

Chamado de marco regulatório do transporte de cargas, o PL aprovado traz 8 renúncias fiscais, abatimento de impostos e anistia a multas (Valor, ontem). Regulação, para o Congresso, é qualquer coisa que os deputados achem que seja, o que explica o fato de que a lei já garanta em seu texto isenção de IPI, PIS e Cofins para compra de veículos de carga, reboques, contrareboques etc. Com o guichê dos subsídios fechados no BNDES, abre-se nova avenida de benefícios para aquisição que beneficia os donos das maiores frotas, cuja taxa de renovação da frota é maior.

Com o teto de gastos, os deputados demonstraram mais uma vez que se dedicam à destruição das receitas do Estado, já que não podem mexer nas despesas. A troca por um veículo de maior valor dará direito, segundo o PL, à redução de 50% do ganho de capital, assim como os gastos com pedágio servirão para abater imposto de renda e gerar créditos de PIS e Cofins. O PL estabelece que as relações de transportes são "sempre empresariais" - a estranha expressão significa que não haverá vínculo empregatício de qualquer espécie entre as empresas e caminhoneiros terceirizados ou

autônomos que lhes prestem serviços.

Benefícios no PL aos caminhoneiros autônomos, que são perto de 40% dos ofertantes do serviços de carga, têm baixo impacto nos cofres públicos. Mas suas principais reivindicações econômicas, finda a paralisação, têm grande dificuldade de avançar, por justificadas razões. O governo concordou com item impossível - definir frete mínimo, uma aberração agora criticada por entidades de empresas de carga e da agricultura que se alinham ao movimento e agora reclamam do custo. O governo não consegue, nem pode, garantir o preço com desconto do diesel na bomba, pois seu poder só vai até a distribuidora - nos postos, o preço é livre.

Encurralado, o Planalto aceitou praticamente tudo o que foi pedido, enquanto retirou, para cobrir R\$ 9,5 bilhões do custo da manutenção do preço do diesel estável por 60 dias, dinheiro da saúde (SUS, R\$ 135 milhões) dos exportadores (a devolução do Reintegra caiu de 2% para 0,1%), além de cortar recursos para 40 obras rodoviárias (R\$ 369 milhões) e para o policiamento ostensivo de rodovias e estradas federais, cuja principal missão é coibir roubos de cargas.

Diante da falta de cobertor fiscal, o governo fez promessas que não deveria e as cumpre com puxadinhos de toda ordem. O governo fez uma intervenção necessária no Estado do Rio, embora também estivesse pensando em dividendos políticos - miragem que se revelou depois como tal -, mas não reservou verbas para isso, nem para o ministério criado na sequência, o da Segurança Pública. Por isso mexeu, via MP, na distribuição do dinheiro das loterias federais que abastecem o Fundo Nacional da Segurança Pública. Retirou R\$ 1 bilhão do Fies, R\$ 410 milhões do fundo





penitenciário (o que não faz sentido) e saúde, cortando repasses que iam para Cruz Vermelha, Apaes e Santas Casas (Folha de S. Paulo, ontem).

Quando há questão que envolva interesses políticos, os estragos são maiores. O Planalto aceitou o financiamento do Tesouro, com subsídios em juros, aos Estados para que estes possam pagar os precatórios - mais um tiro na austeridade fiscal, dos vários que desferiu, com apoio total e irrestrito do Congresso. Fiador do teto de gastos, o governo Temer e o MDB, por sua natureza, tomam medidas que o destroem na prática, embora tenham elogios a suas virtudes todos os dias. Grupos de interesses agem com facilidade diante de um governo fraco. As ações do Planalto não têm coerência com a política econômica e nessa toada acabará por entregar ao próximo presidente uma posição fiscal tão ruim quanto a que recebeu de Dilma Rousseff. É uma proeza hercúlea, mas o Planalto parece decidido a realizá-la.

NEM AÍ

O ministro Napoleão Maia, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), se inspirou em seu irmão, o advogado Virgílio Maia, ao autorizar peritos médicos a trabalharem em dia de jogo do Brasil, desautorizando norma do Ministério do Planejamento. “Ele me ligou ontem [20] e perguntou: ‘Napoleão, a Copa já começou?’”, diz. “Eu respondi: ‘Tá acabando já’. Ele nem liga.”